

RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.030 - RS (2016/0198456-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : CLÁUDIO SILVEIRA PINTO JÚNIOR
ADVOGADO : CARLOS JOSE DAL PIVA - PR020693
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por CLÁUDIO SILVEIRA PINTO JÚNIOR, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO . INDEFERIMENTO DA INICIAL. MANUTENÇÃO. ARTIGOS 267 E 284 DO CPC

1. Hipótese em que deve ser mantido o indeferimento da petição inicial, porque determinada a emenda e não obedecido o comando, no prazo correto, pela parte embargante.
2. Apelação improvida" (fl. 160e).

Alega a parte recorrente, nas razões do seu Recurso Especial, manejado com apoio na alínea **a** do permissivo constitucional, que a exigência tributária em esboço estaria eivada de diversas ilegalidades: nulidade da CDA, descabimento da cobrança do salário-educação, da contribuição ao SAT, da contribuição para o INCRA, para o SEBRAE, para o SESC e para o SEBRAE, multa excessiva, impossibilidade de utilização da taxa SELIC e de cumulação de juros moratórios com juros de mora.

Requer, por fim, "se digne Vossa Excelência, com o devido respeito, admitir o presente Recurso Especial, remetendo-o ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, para que o julgue e lhe dê provimento para o especial fim de reformar o v. acórdão recorrido, dando total provimento aos pedidos do ora recorrente" (fl. 270e).

Contrarrazões às fls. 281/282e.

Recurso Especial admitido (fl. 288e).

O presente recurso não merece prosperar.

Flagrante sua deficiência formal.

Com efeito, o processo foi extinto pelo indeferimento da inicial, tendo em vista o não cumprimento, pelo ora recorrente, de determinação judicial, no prazo assinalado.

Entretanto, em seu Recurso Especial, o ora recorrente articula razões que dizem respeito ao mérito da lide, nada impugnado quanto ao verdadeiro fundamento do

acórdão recorrido.

Evidente, assim, que as razões recursais estão completamente divorciadas daquilo que foi tratado pelo Tribunal de origem, devendo ser aplicado, no caso, por analogia, a Súmula 182/STJ, por analogia.

Não fosse isso suficiente, importa registrar, ainda, que não há, no Recurso Especial, indicação clara dos dispositivos legais que se entendem, em tese, violados, o que justifica a aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Sem honorários recursais. Ausência de condenação em honorários advocatícios na origem.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora